

EXECUTIVO ALARGADO DO ICAD REÚNE PELA PRIMEIRA VEZ



A primeira reunião do executivo alargado ICAD, I.P. decorreu entre os dias 10 e 12 de abril. Ofr foi o território escolhido para debater assuntos como o Regulamento Interno e o Plano Estratégico 2024 – 2026, assim como para apresentar os departamentos e gabinetes da Unidade Central e também o trabalho das CDT. A próxima reunião está marcada para junho, em Lisboa, onde terá lugar o 3º Encontro Nacional de Profissionais de CAD. Dependências esteve presente no encontro e entrevistou João Goulão...



JOÃO GOULÃO

Estão hoje reunidos os quadros que intervêm nos comportamentos aditivos... Que objetivos perseguem e que importância atribui a este encontro?

A primeira questão que gostaria de realçar é a alegria do reencontro ao fim de todos estes anos e a oportunidade de nos encontrarmos todos e construir um futuro comum. Estão aqui presentes os dirigentes da unidade central do ICAD, alguns dos quais transitaram do SICAD e houve algumas mudanças, mas estamos aqui com os coordenadores das Unidades de Intervenção Local e também das CDT. Portanto, todo o “edifício” ICAD está agora e aqui junto e estamos a refletir sobre assuntos fundamentais

para o futuro do nosso serviço, nomeadamente o terminar do regulamento interno que rege o nosso funcionamento e o plano estratégico do ICAD para os próximos três anos. Estão cada vez mais presentes na nossa sociedade novos desafios ou a reemersão de antigos desafios, com uma visibilidade acrescida e impacto na saúde e na segurança dos nossos concidadãos, que tem causado algum alarme social, e o que estamos a construir é realmente a busca da melhor forma de enfrentar estes desafios. Mas insisto, a primeira nota positiva para este encontro é verdadeiramente a alegria de estarmos juntos para construir alguma coisa pela qual ansiávamos e pela qual nos vínhamos batendo desde que a decisão em contrário foi tomada.

Encontra algumas semelhanças entre o contexto atual e a década de 90, em que a perceção dos portugueses colocava os problemas associados aos CAD no topo das suas preocupações?

Sim, tem havido realmente um alarme social relacionado com as drogas que podemos comparar com o que acontecia nos anos 90, nomeadamente, embora do nosso ponto de vista, em termos de volume dos problemas, estes não sejam ainda comparáveis. Agora o que há é uma enorme visibilidade pública, uma enorme exposição e vulnerabilidade de utilizadores de substâncias psicoativas no espaço público, em situação de grande vulnerabilidade social. E a própria presença no espaço público é geradora de um sentimento de insegurança, que se soma às preocupações com a saúde pública. Portanto, todos nós sentimos a necessidade de atuar com brevidade e de encontrar novas formas de desenvolver essa abordagem e estou convencido que vamos conseguir inverter esta tendência de crescimento, assim tenhamos agora os meios para atuar. Estamos a construir as bases deste novo serviço, a tratar de inúmeras grandes e pequenas questões práticas, a recriação de circuitos, o fracionamento das responsabilidades entre o SICAD e as cinco ARS para as DICAD, tendo cada uma delas práticas e formas diferentes de resolver os problemas, o que de alguma forma aumenta a complexidade deste processo de fusão. Felizmente, as coisas estão a correr bem, tivemos o testemunho de cada um dos departamentos que se ocupam das diversas áreas e a agilização de circuitos de comunicação e o conhecimento, aqui a possibilidade de nos encontrarmos ao vivo e a cores foi também muito importante. Portanto, estou muito esperançado que as coisas vão correr bem.



Os opiáceos ainda são o grande problema a enfrentar por esta nova estrutura?

Os opiáceos continuam a ter um peso muito significativo na nossa realidade. Mas a essa realidade somam-se outras. Felizmente, para os opiáceos estamos muito treinados e temos respostas muito eficazes, seja pela via da utilização de terapêuticas de manutenção, seja com técnicas e percursos terapêuticos que estão muito bem testados. Temos muito maior dificuldade em lidar com algumas novas realidades, como seja a cocaína e em particular o crack, com algumas das novas substâncias psicoativas que, embora não tenham um impacto tão grande que a uma determinada altura se temeu, estão também presentes na nossa realidade, e temos os problemas ligados ao álcool e a outros comportamentos, como o jogo... mas diria que, neste momento, a grande preocupação se prende com a abordagem a utilizadores de substâncias psicoativas num contexto de grande desorganização e de marginalidade.

Face a todos estes problemas, várias estruturas da sociedade civil redigiram uma carta aberta, que dirigiram ao Dr. João Goulão, ao governo e às autarquias, no sentido de demonstrar a sua preocupação face à escassez de recursos de que dispõem para desenvolver as suas intervenções. O que poderão esperar?

Tenho alguma dificuldade em responder com grande clareza à sua pergunta, porque vivemos, até do ponto de vista político, um momento muito particular nos últimos meses. E neste preciso momento temos o governo a entrar em funções e em plena discussão do seu programa e ainda não tivemos a oportunidade sequer de interagir com a tutela. Mas quero crer que haverá sensibilidade para prosseguirmos de uma forma tão eficaz quanto possível na resposta a estes problemas. E sem dúvida que a disponibilidade das autarquias para connosco pensarem a forma mais efi-

caz de encontrar respostas é muito bem-vinda. Agora, é importante que tenhamos primeiro uma noção mais clara dos recursos e da orientação política para esta atuação para podermos, com segurança, desenvolver essa interação com as autarquias. Mas insisto, é muito bem-vinda e verdadeiramente indispensável, tal como a continuidade da intervenção das ONG, que têm tido um papel inestimável nestas matérias.

Finalmente, e no eixo do tratamento, as comunidades terapêuticas continuam na expectativa de ver atualizados os valores das convenções para podermos intervir com maior qualidade e eficácia, até porque, como diz o Dr. João Goulão, hoje já não temos apenas o problema dos opiáceos, mas igualmente de outras substâncias que requerem uma especialidade técnica mais apurada...

Claro... como sabe, houve uma atualização, não tão visível ou com a dimensão que nós gostaríamos que tivesse acontecido, mas houve essa atualização recente, que veio pelo menos permitir minimizar as enormes dificuldades com que as comunidades terapêuticas se vinham debatendo. Contudo, não tenho ainda, também aí, uma resposta que lhe possa dar. Tudo depende do orçamento que venha a ser alocado a esta área de intervenção. Ainda não temos uma ideia clara relativamente a isso, o governo que agora cessou funções reforçou o orçamento do SICAD para os primeiros tempos de funcionamento do ICAD, mas não temos a noção clara do que será, no futuro, a disponibilidade de recursos e esse conhecimento é fundamental para que possamos apresentar consequentemente propostas de atualização, quer da remuneração das comunidades terapêuticas, quer dos próprios projetos desenvolvidos no âmbito do PORI. Uma coisa de cada vez, a única garantia que posso dar é que essa é uma preocupação central neste momento.

